

# Reforma tributária, nova etapa 384

"O Plano Cruzado já terminou, já deu certo. A próxima etapa agora é a reforma tributária, a negociação da dívida externa e a reforma orçamentária", afirmou ontem em Belo Horizonte a economista Maria da Conceição Tavares (foto), assessora do ministro João Sayad e integrante da equipe que idealizou o plano. Ela advertiu contudo que o congelamento só vai acabar "quando a oferta e a demanda estiverem ajustadas, ou seja, quando não for mais preciso".



Conceição afirma que para a negociação da dívida externa será necessário o apoio popular, que não surgirá "enquanto a imprensa estiver contra". Durante a quase meia hora em que falou aos repórteres na Assembleia Legislativa de Minas, a economista atacou violentamente a imprensa, que, segundo ela, "defende os interesses permanentes e só ouve as elites: os empresários, o dr. Delfim Netto, o dr. Roberto Campos, o 'fulaninho' e o 'sicraninho', todos contra". Ela assegurou que Delfim Netto "passou 20 anos arruinando o País" e acusou de "ter memória curta" os que dão espaço ao ex-ministro nas primeiras páginas dos jornais. Irada, expressão usada por ela própria, Conceição indagou: "A virtude é estar fora do governo?"

Para a economista, quem atribui a inflação ao déficit público "é da direita", porque, em seu entender, o responsável "é a luta pelos preços de um empresário contra o outro". Disse ainda que o déficit público está sob controle e que as contas públicas devem ser aperfeiçoadas, "porque foi deixado o caos no País". Explicou que o empréstimo compulsório vai ter uma finalidade específica "de sanear as estatais que ficaram quebradas". Hoje, na opinião de Maria da Conceição Tavares, não existe déficit fiscal, mas "um superávit de Cz\$ 55 bilhões; mas há o problema dos juros das dívidas externa e interna", contraídos nos governos anteriores, surgindo daí o déficit financeiro. "Este requer negociação externa, requer consolidação da dívida pública e operação do mercado financeiro, o que leva tempo", enfatizou.

A ida do presidente Sarney ao Fundo Monetário Internacional, diz Conceição, será para dizer que "somos um país soberano, não queremos ceder, queremos negociar seriamente, sem arrogância". E que o Brasil deixou de ser um país "que não paga, que tem hiperinflação, com salário de miséria e com desemprego". Um dos argumentos que o presidente poderá usar com os funcionários do Fundo, será o de que "de 1980 a 1984 o emprego caiu no Brasil 19% e nos últimos dois anos cresceu 19%".

Belo Horizonte — Ag. Estado